



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**GÊNERO E DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE
MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO DE EMPODERAMENTO E
AUTOADVOCACIA**

CAROLINA SILVA MENEZES

João Pessoa – PB
2016

CAROLINA SILVA MENEZES

**GÊNERO E DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE
MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO DE EMPODERAMENTO E
AUTOADVOCACIA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação (CE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus I, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e pré-requisito para a obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Prof.^a Dr.^aTaísa Caldas Dantas

João Pessoa – PB
2016

M543g Menezes, Carolina Silva.

Gênero e deficiência: um estudo sobre a experiência de mulheres na construção de um processo de empoderamento e autoadvocacia / Carolina Silva Menezes. – João Pessoa: UFPB, 2016.

55f. : il.

Orientadora: Taísa Caldas Dantas
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Mulher - deficiência. 2. Ensino superior. 3. Empoderamento. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-055.2(043.2)

CAROLINA SILVA MENEZES

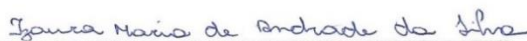
**GÊNERO E DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE
MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO DE EMPODERAMENTO E
AUTOADVOCACIA**

Esta monografia foi aprovada cumprindo as formalidades para obtenção do título de Pedagoga da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Taisa Caldas Dantas
Orientadora – UFPB/ CE/DHP



Prof.^a Dr.^a Izaura Maria de Andrade da Silva
Examinadora – UFPB/ CE/DHP



Prof.^a Dr.^a Sandra Alves da Silva Santiago
Examinadora – UFPB/ CE/DHP

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa traz à tona a discussão sobre gênero e deficiência. Nessa empreitada, tal pesquisa tem como objetivo geral: analisar como mulheres marcadas por um grau de vulnerabilidade em relação à deficiência e ao gênero, conseguem se empoderar e se tornarem autoadvogadas no espaço universitário público e privado. Em nível de objetivos específicos, pretende-se identificar como os marcadores de identidade gênero e deficiência levam ao maior grau de vulnerabilidade; conhecer a história de vida de mulheres com deficiência e avaliar se a inclusão no ensino superior contribui no processo de empoderamento dessas mulheres. O estudo está orientado a abordar o cotidiano das mulheres com deficiência no contexto social, destacando as dificuldades vivenciadas por essas mulheres em busca da emancipação individual e uma boa qualificação escolar. O método adotado na pesquisa foi a história oral, na modalidade história de vida. Esta modalidade de pesquisa foi muito importante para nosso estudo, pois possibilitou entender de forma aprofundada a realidade das entrevistadas. A pesquisa foi baseada em estudos bibliográficos e na pesquisa de campo, do tipo história de vida, com abordagem qualitativa, tendo como instrumento a entrevista com roteiro semiestruturado. Nos resultados, observou-se, através da análise dos dados coletados, a força de vontade das participantes em enfrentar as diversas dificuldades encontradas no dia a dia, além disso, foi possível identificar o aspecto determinante na vida das entrevistadas. Por conseguinte, mediante as informações levantadas, podemos afirmar que a presença da deficiência torna-se aspecto determinante na vida dessas mulheres, visto que, a desigualdade social encontra-se mais presente devido às características da deficiência.

Palavras-chave: Mulheres com deficiência. Gênero. Empoderamento.

ABSTRACT

The present work of research brings to the fore the discussion on gender and disability. In this endeavor, such research has as a general objective: to analyze how women marked by a degree of vulnerability in relation to disability and gender, manage to become empowered and become self-recorded in public and private university space. At the level of specific objectives, it is intended to identify how the gender identity and disability markers lead to the greatest degree of vulnerability; to know the life history of women with disabilities and to evaluate whether inclusion in higher education contributes to the empowerment of these women. The study focuses on the daily life of disabled women in the social context, highlighting the difficulties experienced by these women in search of individual emancipation and good school qualification. The method adopted in the research was oral history, in the life history modality. This type of research was very important for our study, because it made it possible to understand in depth the reality of the interviewees. The research was based on bibliographical studies and the field research, of the type of life history, with qualitative approach, having as instrument the interview with a semi-structured script. In the results, it was observed, through the analysis of the collected data, the willingness of the participants to face the various difficulties encountered in the day to day, in addition, it was possible to identify the determinant aspect in the life of the interviewees. Therefore, through the information gathered, we can affirm that the presence of disability becomes a determining factor in the lives of these women, since social inequality is more present due to the characteristics of the disability.

Keywords: Women with disabilities. Genre. Empowerment.

LISTA DE SIGLAS

CE – Centro de Educação

CPIC – Centro de Práticas Integrativas e Complementares do Valentina

DOU – Diário Oficial da União

EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPG – Instituto Catarinense de Pós-Graduação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PUC Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

TELPA – Telecomunicações da Paraíba S/A

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	12
CAPÍTULO 3 – GÊNERO, DEFICIÊNCIA E EMPODERAMENTO.....	15
3.1 GÊNERO: SEUS CONCEITOS, REPRESENTAÇÕES E MOVIMENTOS	15
3.1.1 Conceito de gênero	15
3.1.2 Os Movimentos Feministas no Brasil	17
3.2 DEFICIÊNCIA: SEUS CONCEITOS, ESTIGMAS E CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL.....	17
3.2.1 Breve histórico da deficiência.....	18
3.2.2 O sujeito com deficiência na sociedade	19
3.2.3 A mulher com deficiência no contexto social/escolar	22
3.3 O CONCEITO DE EMPODERAMENTO	24
3.3.1 Empoderamento Pessoal	24
3.3.2 Empoderamento Comunitário	25
CAPÍTULO 4 – MULHERES COM DEFICIÊNCIA: HISTÓRIAS DE AVANÇO E EMPODERAMENTO.....	26
4.1 A história de vida de Joana	31
4.2 A história de vida de Marília	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	42
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	43
APÊNDICE B – História de Joana	46
APÊNDICE C – História de Marília	51

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Ao analisar o cotidiano da mulher no contexto histórico brasileiro verifica-se que muita coisa mudou ao longo dos anos, através dos movimentos feministas as mulheres lutaram por mais poder na sociedade buscando construir novos valores sociais, morais e culturais. Isso ocorre porque no Brasil, por muitos anos, para a maioria da população masculina, as mulheres eram vistas como o sexo frágil, tinham como prioridade cuidar da casa, dos filhos e do marido.

No entanto, esta pesquisa envolve um grupo específico de mulheres: as com deficiência. No Brasil mais da metade das pessoas com deficiências são mulheres. Segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, do total de 23,9% da população brasileira são portador de algum tipo de deficiência, correspondendo mais de 45,6 milhões de brasileiros. O percentual da população feminina com pelo menos uma das deficiências investigadas foi de 26,5%, correspondendo a 25,8 milhões de mulheres. Esse percentual é superior ao da população masculina com pelo menos uma deficiência, que é de 21,2%, correspondendo a 19,8 milhões de homens. Dessas mulheres 82,33% são alfabetizadas e 41,7% estão no mercado de trabalho.

Desses 45,6 milhões de brasileiros, a população ocupada com pelo menos uma das deficiências investigadas representa 23,6%, correspondendo a 20,3 milhões de brasileiros. Constatou-se também que 40,2% das pessoas com deficiência ocupadas eram empregadas com carteira assinada.

Ainda com base nos dados do censo 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o estado da Paraíba possui 27,7% de pessoas com deficiência, correspondendo a 1 045 631 milhões de pessoas, apresentando o décimo maior percentual em relação à estatística nacional. Dessas pessoas, observou-se que a deficiência que mais incidiu sobre a população paraibana foi à visual, onde 823 mil declararam ter dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato, isto equivale a 21,8%. A segunda deficiência que mais incidiu sobre a população paraibana foi à motora, onde 320mil pessoas declararam ter dificuldade de locomoção, representando 8,5%. O percentual da população com deficiência auditiva foi de 6,1%, ou seja, 230mil pessoas e com deficiência intelectual foi de 62 mil paraibanos.

Acredita-se haver na sociedade uma dupla desvantagem vivida pela mulher com deficiência, visto que esse grupo é estigmatizado pela deficiência e pelo gênero. Segundo Mello e Nuernberg (2012, p.638) os significados construídos em torno de gênero e deficiência, devem ser compreendidos como a relação entre o corpo com impedimento e o poder, sendo frutos de disputas e/ou consensos entre os diversos saberes, e não algo dado, estático e natural. Portanto, a mulher com deficiência sofre uma dupla vulnerabilidade considerando a forma de opressão sofrida em relação ao sexo (feminino) e ao corpo com deficiência. O Artigo 6 do Decreto Legislativo nº 186/2008, em relação a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu parágrafo 1, que se trata das mulheres com deficiência, prevê que:

1. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. 2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção.

Conforme visto acima, verificou-se que as mulheres com deficiência são sujeitas a múltiplas formas de discriminação e marginalização, visto que, enfrentam diversas barreiras ligadas ao gênero e a deficiência. Portanto, considerando essa dupla discriminação, podemos afirmar que as mulheres com deficiência, comparando-se aos homens com deficiência, enfrentam mais dificuldade em ter acesso, por exemplo, ao ensino superior e oportunidade de emprego, consequências dessa desigualdade social.

É importante salientar que para a maioria das pessoas na sociedade, alcançar a autonomia e ter uma boa qualificação escolar é muito importante, pois, o indivíduo quer se tornar um sujeito de sucesso, com uma boa formação profissional e independência pessoal, isso faz parte de seu desejo pessoal.

Entretanto, quando falamos das pessoas com deficiência esse caminho de sucesso torna-se mais difícil, porque esse grupo ainda enfrenta barreiras para serem aceitos na sociedade como pessoas que também são capazes de desempenhar funções que exija alguma capacidade. Acredita-se que a visão estereotipada que a sociedade tem do sujeito com deficiência, pode influenciar, de forma negativa, a sua própria capacidade e dificultar a construção da vida acadêmica.

De certa forma, considera-se que o estigma social é um dos grandes problemas que dificulta o acesso do estudante com deficiência ao ensino superior, pois, quando essas pessoas tentam entrar na universidade a estranheza por parte da sociedade é imediata, porque são vistos como indivíduos incapazes de desenvolver funções aos quais pessoas ditas “normais” fazem.

O ensino superior tem um papel muito importante na vida das pessoas com deficiência, mas o estigma social acaba não tornando esse espaço tão acolhedor como devia, assim dificultando nas pessoas com deficiência a construção da vida independente, o desenvolvimento de seus potenciais e a participação na sociedade.

Devido poucos estudos sobre mulheres com deficiência no Brasil, realizou-se a seguinte pesquisa em que mulheres com deficiência foram entrevistadas, desse modo, observamos, através das entrevistas, as experiências cotidianas dessas mulheres. Portanto, podemos afirmar que: a mulheres com deficiência possuem um duplo grau de vulnerabilidade em relação à deficiência e ao gênero. Inclusive, um dos objetivos principais nesse estudo é investigar isto.

Por conseguinte, o presente trabalho de pesquisa intitulado “Gênero e deficiência: um estudo sobre a experiência de mulheres na construção de um processo de empoderamento e autoadvocacia” justifica-se como uma forma de analisar como mulheres marcadas por um grau de vulnerabilidade em relação à deficiência e ao gênero, conseguem se empoderar e se tornarem autoadvogadas no espaço universitário público e privado. O despertar para esse tema surgiu da necessidade de discutir a problemática do empoderamento da mulher com deficiência, considerando os seguintes aspectos: escolarização, trabalho e vida social.

A investigação em questão tem como objetivos específicos: identificar como os marcadores de identidade gênero e deficiência levam ao maior grau de vulnerabilidade; conhecer a história de vida de mulheres com deficiência e avaliar se a inclusão no ensino superior contribui no processo de empoderamento dessas mulheres.

Utilizamos a pesquisa qualitativa adotando o método história oral, na modalidade história de vida. Sendo assim, para melhor compreender a vivência das mulheres com deficiência, foram realizadas entrevistas história de vida, com duas mulheres com formação acadêmica.

Para tanto, essa produção acadêmica está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é: **Caminhos Metodológicos**. Nele são tratados os aspectos metodológicos da pesquisa, no qual se apresenta a aproximação inicial com o objeto de estudo, abordando os

instrumentos e procedimentos da coleta de dados e procedimentos de análise dos dados desta pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado: **Gênero, Deficiência e Empoderamento**. É realizado um diálogo com diversos autores que abordam acerca das categorias gênero, deficiência e empoderamento. De início, apresentam-se algumas considerações sobre gênero, abordando seus conceitos, representações e movimentos, em seguida, uma reflexão sobre deficiência, discutindo questões sobre a mulher, educação inclusiva e contexto social e, por conseguinte, aborda-se o conceito de empoderamento e a relação entre o empoderamento pessoal e comunitário.

No terceiro capítulo, denominado: **Mulheres com Deficiência: Histórias de Avanço e Empoderamento**. Trata-se da apresentação e discussão dos resultados desta pesquisa. É apresentada a história de vida de duas mulheres com deficiência e, em seguida, a análise dos dados obtidos.

CAPÍTULO 2

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, pretendemos demonstrar os procedimentos metodológicos do tipo de pesquisa utilizado neste estudo, apresentando o contexto da pesquisa, os participantes da pesquisa, os instrumentos de coletas de dados e os procedimentos de coleta de dados.

A presente pesquisa tem por finalidade analisar como mulheres marcadas por um grau de vulnerabilidade em relação à deficiência e ao gênero, conseguem se empoderar e se tornarem autoadvogadas no espaço universitário público e privado. Para alcançar o objetivo proposto utilizou-se a abordagem qualitativa.

O estudo qualitativo se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto, se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade (RIBEIRO, 2008, p.133).

Em suma, podemos afirmar que a escolha dessa metodologia de investigação deu-se devido seu caráter subjetivo, visto que através do estudo qualitativo é possível estudar as características individuais do objeto de estudo, devido sua abordagem livre. Desse modo, mediante o uso dessa metodologia, o entrevistador tem um contato direto com o pesquisado, assim sendo possível estudar as particularidades e experiências individuais dos entrevistados.

O método adotado a pesquisa foi à história oral, na modalidade história de vida. Em relação a outras áreas do saber histórico, a história oral possui maior proximidade com o presente, uma vez que depende da memória “viva” e de relatos já efetuados anteriormente (MATOS; SENNA, 2011, p.100). Através desse método de pesquisa foi possível entender, de maneira aprofundada, a realidade das pessoas entrevistadas.

Dentro do método história oral, o instrumento de coleta de dados utilizado foi à entrevista. Considera-se o uso da entrevista fundamental quando o pesquisador pretende obter informações a respeito do seu objeto, visto que através desse instrumento é possível conhecer as atitudes, os sentimentos e os valores subjacentes ao comportamento (RIBEIRO, 2008, p. 141).

Enquanto ao tipo de entrevista utilizada nesse estudo, optou-se pela entrevista história de vida. Considera-se este instrumento como uma forma de melhor compreender o objeto de estudo, devido ser uma entrevista em profundidade na qual o pesquisador constantemente interage com o informante (BONI; QUARESMA, 2005, p. 72), ou seja, permitindo um

melhor aproveitamento das informações dos entrevistados. Sem dúvida, a entrevista história de vida é uma ferramenta que valoriza a história própria da pessoa, nela são os narradores que interpretam suas próprias experiências e vivências.

Neste estudo, essa metodologia para levantamento de dados contou com a participação de duas mulheres com deficiência que vivem um processo constante de empoderamento. Em resumo, podemos afirmar que tivemos o ensino superior como um dos principais critérios de escolha das participantes, uma vez que consideramos esse nível de ensino um grande avanço na vida dessas mulheres.

As entrevistas histórias de vida foram realizadas individualmente com cada uma das participantes, além disso, os locais escolhidos para a realização das entrevistas foram de acordo com a escolha de cada uma entrevistada. Em suma, para efetuar o levantamento de dados entramos em contato com as participantes e agendamos dia, horário e local mais acessível a elas.

A primeira entrevista história de vida foi realizada com no dia 31 de outubro de 2015, na casa da entrevistada e teve duração de 1h10min. A segunda entrevista história de vida foi realizada no dia 06 de novembro de 2015, na Praça do CE na UFPB, e teve duração de 40min. O equipamento utilizado para a coleta de dados foi o gravador de voz do celular.

Para realizar as entrevistas foi necessário à elaboração de um roteiro semiestruturado. O roteiro geral contou com 57 questões divididas em cinco blocos de assuntos, a saber: aspectos pessoais da história de vida (ver apêndice A). O roteiro do instrumento utilizado foi elaborado com base na pesquisa realizada por Dantas (2014) que contemplou itens referentes: 1) Caracterização geral; (2) Escolarização; (3) Trabalho; (4) Vida Social e (5) Experiências de Empoderamento.

O roteiro foi dividido em cinco blocos. O primeiro bloco é a *caracterização geral*: nesse bloco foi possível conhecer do entrevistado o nome; idade; onde mora; se tem irmãos; se é casada; se tem filhos; com quem mora; tipo de deficiência; a relação familiar.

No segundo bloco foi sobre a *escolarização*: nesse bloco abordamos questões como desde quando começou a estudar; qual escola estudou na infância; como foi entrar na universidade; se teve motivação familiar; se sentiu excluído em algum momento; como é (ou era) a relação com os colegas e professores na universidade.

No terceiro bloco foi sobre o *trabalho*: nesse bloco foi possível conhecer se o entrevistado trabalha; se tem dificuldade no trabalho; como é a relação com os colegas de trabalho; por que escolheu esse trabalho; como vai ao trabalho; se o salário que recebe é suficiente.

No quarto bloco foi sobre a *vida social* da pessoa entrevistada, nesse bloco foi possível saber quais lugares costuma frequentar; como é a relação com os amigos; se tem muitas amizades; se sai mais sozinha ou com os amigos; se tem dificuldade a ir para algum lugar.

No quinto e ultimo bloco foi a respeito do empoderamento dessas mulheres, nesse bloco foi abordada a questão dos direitos das pessoas com deficiência; se conhece e luta por seus direitos, além disso, se sabe o que é empoderamento e se considera um sujeito empoderado.

CAPÍTULO 3

GÊNERO, DEFICIÊNCIA E EMPODERAMENTO

A partir deste momento apresentamos a pesquisa através do embasamento teórico, onde são discutidas questões que tem como objetivo apresentar a pesquisa e fundamentar a análise dos dados. Por isso, neste capítulo, trazemos alguns aspectos como o conceito de deficiência e a luta dos movimentos feministas. Porém, de acordo com o propósito da pesquisa, daremos mais ênfase na discussão sobre os marcadores de identidade em torno de gênero e deficiência, visto ser esse um de nossos principais objetivos. Conforme visto na introdução, o presente capítulo inicia-se com algumas considerações sobre gênero, abordando seus conceitos, representações e movimentos, em seguida, pontua-se uma reflexão sobre deficiência, discutindo questões sobre a mulher, educação inclusiva e contexto social, por conseguinte, aborda-se o conceito de empoderamento e a relação entre o empoderamento pessoal e comunitário.

3.1 GÊNERO: SEUS CONCEITOS, REPRESENTAÇÕES E MOVIMENTOS

Gênero é um termo que tem origem na língua inglesa e depois passou a ser utilizado na língua portuguesa como definição das palavras femininas e masculinas. Esse termo começou a ser utilizada na década de 70 como *gender*, assim denominado na língua inglesa e posteriormente traduzido para a língua portuguesa como gênero. Para um melhor entendimento sobre o conceito de gênero, apresentamos, no próximo item, um breve histórico sobre seu conceito, além disso, abordamos questões sobre a representação social e os movimentos feministas.

3.1.1 Conceito de gênero

Antes de entrarmos propriamente numa abordagem sobre gênero, é importante entendermos seu conceito. Para melhor definir seu conceito trazemos o conceito de gênero formulado por Joan Scott (1990), que o entende como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim uma construção social e histórica dos sexos. Portanto, este termo está relacionado às relações existentes entre homens e mulheres no que diz respeito aos papéis de cada um e as relações de poder.

As relações de gênero acabam por produzir uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. Isto confirma que as relações de gênero são relações de poder que se constroem constantemente ao longo da história e no dia-a-dia entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens. (MACÊDO, 2003, p. 20).

Essas relações de poder que são construídas no dia a dia acabam trazendo desigualdade entre as pessoas. Em outro modelo, de acordo com Scott (1990), o conceito de gênero refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos às mulheres e aos homens.

No Brasil por muitos anos a mulher foi vista como um ser frágil e incapaz de assumir a direção de poder e o homem como um ser forte e dominador. Desde criança a mulher é estimulada a desempenhar funções tipicamente femininas, como por exemplo: as brincadeiras de criança envolvendo casinha e boneca. Já o homem, as brincadeiras envolvem carros e autoridade de mandar na casa. Este modelo de sociedade tem alimentado o androcentrismo que significa a visão do homem como o centro, como a norma para os seres humanos; refere-se ao sistema de valores da cultura dominante baseado em normas masculinas (ABREU; ANDRADE, 2010, p.03).

Em termo de gênero, ninguém nasce homem ou mulher, estes são construídos ao longo da vida, através de orientações e estímulos. Para as feministas o termo gênero estava associado ao comportamento do indivíduo, enquanto que o sexo descreve o corpo e a biologia. Portanto, o comportamento do sujeito é definido a partir da cultura (gênero) e não do sexo (biológico). Sendo assim, as características pessoais que são atribuídas aos homens e às mulheres dependem do lugar onde vivem, da maneira que vive e das experiências diárias de cada um (SANTANA; BENEVENTO, 2013).

Sendo assim, vemos que as mulheres são consideradas inferiores, essa visão que a sociedade tem da mulher torna-se mais marcante quando se trata da mulher com deficiência, pois, as mulheres com deficiência enfrentam uma dupla vulnerabilidade que está ligada à deficiência e ao gênero. Segundo Wehmeyer e Rousso (2001, apud DANTAS et al., 2014) a combinação dos estereótipos de mulheres e de pessoas com deficiência leva a uma dupla discriminação, a qual é refletida em casa, na escola, no lugar de trabalho e em toda sociedade. Isto acaba dificultando que esse grupo consiga construir a vida independente, por serem vistos como eternas crianças indefesas.

3.1.2 Os Movimentos Feministas no Brasil

O movimento feminista nasceu da luta das mulheres pela emancipação feminina, principalmente como forma de questionar a dominação masculina em todos os aspectos (SANTANA; BENEVENTO, 2013, p.1). No Brasil, os movimentos feministas tiveram duas ondas importantes. As questões dos direitos políticos fizeram parte da primeira onda, onde as mulheres lutaram pelo direito ao voto e por salário remunerado. “O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos, nos direitos sociais e econômicos” (PEDRO, 2005, p.79). No Brasil o primeiro foi o movimento sufragista, onde mulheres lutaram para conquistar o direito ao voto feminino, que nessa época era um direito reservado aos homens, esse direito foi adotado em nosso país em 1934 na constituição.

Ainda segundo Pedro (2005, p. 79), o feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Foi justamente na chamada “segunda onda” que a categoria “gênero” foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres. Com o uso de gênero as feministas pretendiam romper a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres fossem determinadas biologicamente.

Com o passar dos anos no Brasil foram surgindo muitos outros grupos de mulheres, a história desses movimentos são marcadas por diversas questões ligadas a condição da mulher, que tinham como objetivo transformar a situação da mulher na sociedade, em torno dos seguintes temas: luta pela educação, pelo direito ao próprio corpo, por melhores condições de trabalho e salário.

3.2 DEFICIÊNCIA: SEUS CONCEITOS, ESTIGMAS E CONTEXTOS SOCIAL E EDUCACIONAL

Deficiência é um termo usado para definir as pessoas que apresentam na sua estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica, alguma perda ou anormalidade. Vejamos a disposição no Decreto Legislativo nº 186/2008, no artigo 1 da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no tocante à conceituação de pessoas com deficiência: são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em

interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

3.2.1 Breve histórico da deficiência

Ao longo do tempo houve muitos conceitos em relação às pessoas com deficiência. Na antiguidade, por exemplo, as pessoas com deficiência eram vistas como amaldiçoadas. Muitos pais abandonavam seus próprios filhos, pois o nascimento de uma criança com deficiência era encarado como castigo de Deus. Na Idade Média, devido à influência da Igreja Católica que se constitui como um grande aliado ao acolher as pessoas com deficiência, esse comportamento começou a mudar (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 134).

A partir do século IV “surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e indivíduos com deficiência”. Os hospitais que mais pareciam prisões, sem qualquer tipo de tratamento especializado, tinham objetivos de abrigar, proteger e educar, mas acabavam excluindo-os da convivência social (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 135).

No século XIX começa os estudos para os problemas de cada deficiência, buscavam explicações fisiológicas e anatômicas das deficiências. Essa época foi marcada pela participação médica na reabilitação dos deficientes e também houve a preocupação com a educação deles (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 136-137).

O Século XX trouxe muitos avanços em relação às pessoas com deficiência, sobretudo no que diz respeito às ajudas técnicas: cadeiras de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, etc. Além disso, na sociedade começou a melhorar o atendimento a pessoa com deficiência e “os indivíduos com deficiências começaram a serem considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade; no entanto, ainda numa abordagem assistencial” (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 138-139).

Portanto, envolvido no conceito de integração, surgiram entidades com o intuito de desenvolver meios para que os indivíduos com deficiência pudessem voltar ao sistema produtivo com treinamento e educação especial. Uma forma de acabar com o isolamento desses sujeitos, tentaram modificá-los para que pudessem ser inseridos nos padrões de “normalidade” (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 141).

Na década de 90, com a dificuldade da integração, perceberam que a sociedade também precisava contribuir no processo de inclusão das pessoas com deficiência. Portanto, “não só o indivíduo com deficiência devia mudar e se adaptar à sociedade (integração), mas a sociedade também deveria mudar e promover ajustes para o processo do desenvolvimento do sujeito e de reajuste da realidade social para a vida deste na sociedade (inclusão)” (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 142).

3.2.2 O sujeito com deficiência na sociedade

Um dos grandes desafios vividos pelas pessoas com deficiência é superar a imagem que a sociedade tem delas, considerando que sofrem discriminação e marginalização. Uma vez que, o corpo com deficiência é visto como um corpo incapaz e um “eterno dependente”. Logo, a pessoa que possui alguma deficiência é considerada fora das “normas”, portanto, é uma pessoa estigmatizada.

Os estigmas são estabelecidos através dos valores culturais, sendo que a pessoa estigmatizada é aquela que possui uma “marca” que a distingue das outras. A pessoa com deficiência passa a ser estigmatizada, através das características de sua deficiência, pois, o estigma está na deficiência que a pessoa apresenta e não na pessoa, o estigma que identifica essas pessoas. Portanto, o indivíduo estigmatizado é visto como defeituoso, fraco ou em situação de desvantagem em relação aos demais (MAGALHÃES, CARDOSO, 2010, p. 56).

Ao longo dos séculos as pessoas com deficiência foram impedidas de participar da vida social, sendo negado seus direitos e questionado suas habilidades. De acordo com Silva (2006, p. 426) “o preconceito às pessoas com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade.” O preconceito leva a discriminação quando as pessoas são classificadas pela sociedade como “diferentes”, a partir daí são considerados inferiores e excluídos dos privilégios desfrutados por aqueles/as que se consideram “normais”.

A rejeição da pessoa com deficiência é reflexo da educação familiar e escolar, onde deveriam promover a inclusão e o ensino ao respeito às diferenças. A inclusão deve começar no próprio meio familiar, pois a família tem um papel importante em derrubar o preconceito, devendo amar e acreditar na capacidade da pessoa com deficiência. Em seguida, vem à escola, que deve estar preparada para recebê-las e incluí-las nas atividades no meio escolar. Para Braga (2010, p. 05), no ambiente escolar é importante que haja aceitação, receptividade e

competência profissional por parte dos docentes e de todos que compõem a escola. Portanto, além do meio familiar, a escola também tem o papel de acolher essas crianças para que elas não se sintam excluídas.

Não se pode deixar de reconhecer que, entre os fatores que exercem influência educativa na formação da personalidade do indivíduo, a família e a escola ocupam um lugar imprescindível e indissociável. Apesar de possuírem características e possibilidades diferenciadas, com bastante frequência essas instituições se superpõem e se complementam, atingindo ambas a conduta do indivíduo de tal modo, que não se pode abordar o desenvolvimento do indivíduo e a sua educação sem tê-las em conta (PORTELA; ALMEIDA, 2009, p. 149).

Nessa perspectiva, a escola e a família desempenham um papel importantíssimo no desenvolvimento integral do sujeito, uma vez que, na família há uma relação pessoal mais próxima e na escola um espaço de participação e igualdade. Dessa forma, constata-se que a parceria família-escola é necessária para o desenvolvimento integral dos educandos, especificamente para aqueles que apresentam algum tipo de deficiência (PORTELA, ALMEIDA, 2009, p. 158). Ademais, vale destacar o quanto é importante que as demais crianças desde cedo tenham o convívio com uma pessoa com deficiência, pois a falta de contato pode trazer mais discriminação.

Segundo Braga (2010, p.04), “[...] a finalidade da educação inclusiva é acolher a todos sem exceção, especialmente os estudantes que tem algum tipo de deficiência seja ela física ou mental, os superdotados, e os que são discriminados do convívio social.” O Artigo 24 do Decreto Legislativo nº 186/2008, sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu parágrafo 1, que se trata dos direitos das pessoas com deficiência a educação, prevê que:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

Em vista disso, as instituições de ensino têm obrigação de estarem preparadas para atender as necessidades de todos da sociedade, assim como havia dito anteriormente, as

escolas devem está preparadas para atender os alunos com deficiência, logo, o ensino superior, como etapa posterior a educação básica, também deve seguir esses objetivos.

O ingresso dos alunos com deficiência na universidade tem aumentado nos últimos anos. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as matrículas das pessoas com deficiência no ensino superior aumentaram quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais. Em 2013 eram quase 30 mil alunos, enquanto em 2010 eram pouco mais de 19 mil. Porém, apesar desses dados mostrarem um número grande de alunos com deficiência matriculados no ensino superior, esses alunos representam menos de 1% dos universitários do país, o ensino superior ainda precisa alcançar dados qualitativos.

As universidades devem criar condições para que o estudante seja incluído no ambiente universitário de modo a promover não apenas sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento psicossocial do estudante (BRAGA, 2010). O Artigo 24 do Decreto Legislativo nº 186/2008, sobre Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu parágrafo 5, que se trata do acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, prevê que:

Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

No entanto, quando a pessoa com deficiência vai fazer um curso superior causa estranheza na sociedade. Em razão do sujeito com deficiência ainda ser visto apenas como uma limitação ou incapacidade, por isso o preconceito em relação às pessoas com deficiência vem sendo ligado a um sentimento de negação. Segundo Dantas (2015, p. 85-86) no Brasil, poucas pessoas com deficiência tem oportunidade de ter uma formação superior, devidos diversas barreiras que impossibilitam que esses estudantes ingressem no ensino superior.

No mundo contemporâneo, a inclusão do aluno com deficiência representa desafio, desde a modalidade de Educação Infantil até o Ensino Superior, em instituições públicas e privadas (DUARTE; RAFAEL; FILGUEIRAS; NEVES; FERREIRA; 2013, p. 290). O acesso ao ensino superior pode representar um alto nível de empodamento. Conforme Dantas (2015, p. 87):

O ingresso na educação superior é um elemento na vida de pessoas com deficiência que permite o empoderamento e a autoadvocacia, uma vez que, para elas, a chegada nessa etapa de ensino significa que precisou superar diversas barreiras sociais e apresentou capacidade não só de estar ali, mas de, futuramente, atuar no mercado de trabalho.

O ensino superior tem um papel importantíssimo no avanço do sujeito com deficiência, porém, o acesso a esse nível de ensino ainda é marcado por diversas barreiras, “isso porque o ensino superior, enquanto um dos patamares mais altos na escala de escolarização, ainda se apresenta restrito a camadas da sociedade que se adequam aos padrões meritocráticos estipulados” (DANTAS, 2015, p. 83). Já que, a sociedade não acredita que a pessoa com deficiência tenha capacidade de desenvolver funções que as demais pessoas desenvolvem. Por isso, a pessoa com deficiência vem sofrendo um constante processo de exclusão social, sendo impostas diversas barreiras, que passam a não torna a sua participação na sociedade de maneira plena como as demais pessoas.

A situação de desemprego que hoje afeta um grande número de brasileiros sem dúvida se estende também para as pessoas com deficiência, por isso se torna importante o investimento na capacitação educacional e profissional para ampliar o acesso desse grupo ao mercado de trabalho. Ao se habilitar para prover seu sustento e formar uma família, a pessoa com deficiência se torna um cidadão capaz de exercer seus direitos e seus deveres (GIL, 2000, p.66).

3.2.3 A mulher com deficiência no contexto social/escolar

No Brasil, o CENSO Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE revela que 23,9% da população brasileira apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental (IBGE, CENSO, 2010).

Dentre as pessoas com deficiência no Brasil, a maioria são mulheres. O percentual da população feminina com pelo menos uma das deficiências investigadas foi de 26,5%, correspondendo a 25,8 milhões de mulheres. Esse percentual é superior ao da população masculina com pelo menos uma deficiência, que foi de 21,2%, correspondendo a 19,8 milhões de homens (IBGE, CENSO, 2010). Dessas mulheres 82,33% são alfabetizadas e 41,7% estão no mercado de trabalho.

Na sociedade a mulher com deficiência vem vivendo uma dupla desvantagem em relação ao gênero e a deficiência. Segundo Mello e Nuernberg (2012, p.638) os significados construídos em torno de gênero e deficiência, são compreendidos como a relação entre o corpo com impedimento e o poder, sendo frutos de disputas e/ou consensos entre os diversos saberes, e não algo dado, estático e natural. Portanto, a mulher com deficiência sofre uma dupla vulnerabilidade considerando a forma de opressão sofrida em relação ao sexo (feminino) e ao corpo com deficiência. O Artigo 6 do Decreto Legislativo nº 186/2008, sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu parágrafo 1, que se trata das mulheres com deficiência, prevê que:

1. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. 2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção.

Como foi visto acima no Decreto, as mulheres com deficiência são sujeitas a múltiplas formas de discriminação e marginalização, pois além de sofrerem barreiras por ter deficiência, também enfrentam por se mulher. Portanto, considerando essa dupla discriminação, podemos afirmar que as mulheres com deficiência, comparando-se aos homens com deficiência, enfrentam mais dificuldade em ter acesso, por exemplo, ao ensino superior e oportunidade de emprego, consequências dessa desigualdade social.

O que causa uma maior vulnerabilidade nas mulheres com deficiência é não terem acesso à escolaridade, à formação, o fato de serem negados seus direitos humanos pode gerar discriminação, preconceito e violência contra elas. A exclusão social faz a pessoa com deficiência acreditar cada vez mais que não se encaixa, e conseqüentemente, isso acaba dificultando a possibilidade de se tornar um sujeito independente.

Uma forma das mulheres com deficiência lutarem contra o estigma de incapacidade é através da sua autoadvocacia que está ligado ao empoderamento. Uma vez que, o empoderamento na vida dessas mulheres possibilita uma mudança de pensamento ingênuo para se tornar um autocrítico, ou seja, passam a reconhecer o valor que tem e a decidir sobre suas próprias escolhas.

3.3 O CONCEITO DE EMPODERAMENTO

Esse termo denominado de *empowerment* na língua inglesa surgiu no final da década de 70, sua literatura era voltada para melhorar a situação e a posição dos grupos mais vulneráveis (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 735). De acordo com Valoura (2006), segundo sua pesquisa, na língua portuguesa Paulo Freire foi o primeiro teórico que traduziu e trouxe um conceito diferente em relação ao inglês, traduzindo para língua portuguesa como empoderamento, “para o educador, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer” (VALOURA, 2006, p. 03).

O empoderamento dar poder as pessoas de liberdade para se tornar mais confiantes e motivadas a alcançar seus objetivos. Para conquistar tal objetivo é necessário que haja um processo onde as pessoas deixem de lado a “dependência” e se torne sujeito de poder. É através do poder que o indivíduo constrói a liderança de sua própria existência. Essa liderança no sujeito o caminhará numa evolução e fortalecimento próprio, assim, trazendo mudanças em sua vida, com o aumento da autoconfiança. É constituído por um processo tanto coletivo quanto individual, no desenvolvimento de potencialidades, visando tornar a pessoa capaz de direcionar a sua vida de acordo com seus desejos (DANTAS et al., 2014, p. 559).

3.3.1 Empoderamento Pessoal

O empoderamento pessoal faz parte do nível psicológico ou individual. E está ligado ao domínio e controle de sua própria vida. Kleba e Wendausen (2009, p. 738) afirmam que: “um dos aspectos centrais nesse nível é a mudança de mentalidade a partir da percepção do sujeito das próprias forças, que resulta em um comportamento de autoconfiança”.

Em outro modelo, Kleba e Wendausen (2009, p.739) enfatizam que “a experiência do empoderamento psicológico ocorre quando a pessoa vivencia seu poder em situações de carência ou de ruptura”. Nesse caso, a pessoa reconhece suas possibilidades e tem capacidade de sair da posição de impotência em que se encontra. “Além de fortalecer suas competências, a pessoa desenvolve novas habilidades para enfrentar em seu cotidiano incertezas, adversidades e situações de risco” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.739).

O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. No nível pessoal as pessoas passam a ganhar conhecimento e

controle sobre sua vida, agindo de forma em que melhore sua situação, ou seja, o indivíduo se sente influente nos processos que determina sua vida (BAQUERO, 2012). Ainda segundo o autor, “[...] o empoderamento pessoal não se realiza de forma independente, mas implica um processo de integração na comunidade, em que as diferentes formas de engajamento são campos de aprendizagem e reconhecimento junto aos membros do grupo”. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.733).

3.3.2 Empoderamento Comunitário

O termo empoderamento comunitário tem suas origens nos Estados Unidos e vem trazendo algo além do poder de tomada de decisão. Esse termo vem incluindo um sentimento envolvendo o indivíduo ou o grupo com a intenção de convocar outras pessoas com a mesma opinião em busca de metas comuns.

O empoderamento comunitário envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado (BAQUERO, 2012, p. 177-178).

Quer dizer, o empoderamento comunitário ou grupal envolve a comunidade e/ou a família, para juntos buscarem resoluções de problemas que fazem parte das necessidades da comunidade, onde possam ter melhores condições sociais e econômicas, assim, buscando melhores condições de vida. Esse nível refere-se a organizações sociais, comunitárias ou estruturas mediadoras, as quais oferecem oportunidades para adquirir novas ferramentas, desenvolver um sentido de confiança e de comunidade, e melhorar a vida comunitária (KLEBA E WENDAUSEN, 2009, p.739). A organização grupal é fundamental para o empoderamento comunitário, para enfrentarem as dificuldades vividas pela comunidade.

CAPÍTULO 4

MULHERES COM DEFICIÊNCIA: HISTÓRIAS DE AVANÇO E EMPODERAMENTO

Com base nos estudos apresentados na Fundamentação Teórica, apresentamos neste capítulo a análise dos dados coletados e os resultados obtidos neste estudo. Conforme visto no capítulo I, o método adotado na pesquisa foi a história oral, na modalidade história de vida. A pesquisa foi baseada em estudos bibliográficos e na pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, tendo como instrumento a entrevista com roteiro semiestruturado.

Este trabalho de pesquisa teve como participantes duas mulheres com deficiência que vivem um processo constante de empoderamento. Os critérios utilizados para escolha das participantes teve como principal requisito o ensino superior, em razão desse nível de ensino ser considerado um grande avanço de desenvolvimento da mulher com deficiência, ou seja, o acesso ao ensino superior pode representar um alto nível de empodamento.

Para a coleta das informações foi confeccionado um roteiro de entrevista, levando em consideração os objetivos intermediários deste trabalho, com o intuito de alcançar respostas para o problema proposto: como mulheres marcadas por um duplo grau de vulnerabilidade em relação à deficiência e ao gênero, conseguem alcançar a emancipação individual e uma boa qualificação escolar?

Para melhor organização, a estrutura deste capítulo, portanto, constitui-se: (4.1) uma análise sobre as vivências cotidianas da participante Joana; (4.2) uma análise sobre as vivências cotidianas da participante Marília. As histórias de vida das participantes contadas por elas mesmas vêm em apêndices B e C e estão apresentadas em uma letra diferente do texto da monografia. O texto oferece uma visão geral das entrevistadas sobre família, escolarização, trabalho e vida social. Apresentamos, em seguida, um quadro que podemos verificar algumas informações sobre as entrevistadas quanto ao nome (fictício), idade, deficiência, escolaridade, etc.

QUADRO: DESCRIÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

ENTREVISTADAS	Joana	Marília
IDADE	52 anos	44 anos
LOCALIDADE	Santa Rita – PB	Valentina Figueiredo – PB
ESTADO CIVIL	Casada	Solteira
DEFICIÊNCIA	Deficiência física	Deficiência visual
QUANDO ADQUIRIU A DEFICIÊNCIA	Aos 2 anos de idade	Aos 42 anos de idade

ESCOLARIDADE	Graduada em Psicologia	Graduada em Administração/ Graduanda em Pedagogia
--------------	------------------------	--

Dados de pesquisa, 2015.

4.1 A história de vida de Joana

Joana foi escolhida conforme os critérios de seleção das participantes, considerando, sobretudo, os objetivos proposto nesse estudo. Portanto, tendo em vista, o nível de empoderamento, selecionamos a seguinte participante de acordo com a deficiência e a formação acadêmica, além disso, podemos considerar como um dos critérios fundamentais para escolha da mesma, a sua participação no Conselho das Pessoas com Deficiência no município de Santa Rita – órgão que tem como uma das principais funções a implementação de políticas públicas de interesse da pessoa com deficiência na saúde, na educação, no trabalho, no lazer e na acessibilidade ao espaço público.

A história de Joana é marcada por lutas e conquistas, enfrentou muitas dificuldades e barreiras, principalmente, por ter deficiência física, mas a deficiência não impediu a superação de tais obstáculos e o alcance dos seus objetivos. A entrevista foi realizada no dia 31 de outubro de 2015 em sua residência na cidade de Santa Rita e durou aproximadamente 02 horas

Análise dos dados

Joana nasceu em uma família humilde no interior da cidade de Santa Rita, tem 52 anos e possui deficiência física. A voz de Joana revela que na sua vida enfrentou muitas dificuldades, principalmente, por ter deficiência física, porém, através das experiências diárias foi descobrindo suas potencialidades e percebendo que a condição de deficiência não poderia determinar sua vida, por isso superou todos os obstáculos e construiu sua história.

Joana nasceu uma criança sem deficiência, mas aos dois anos adquiriu deficiência física através da paralisia infantil, uma doença que poderia ter sido evitada por meio da vacinação. A notícia da deficiência de Joana deixou os seus pais assustados, pois eles não conheciam a deficiência. Seus pais não souberam lidar com sua deficiência, o que é comum em muitas famílias quando não se encontram preparadas para conviver com algo dessa natureza. Ocorre um choque frente ao inesperado, que suscita dúvidas quanto a um futuro imprevisível (BATISTA; FRANÇA, 2007, p.119).

Por muitos anos, Joana morou com os pais. Porém, após o falecimento do seu pai, passou a morar sozinha com a mãe. Teve uma época em que sua mãe ficou muito doente e teve que ficar numa cadeira de rodas. Isto foi um choque para Joana, já que não se via cuidando da mãe pela condição de deficiência que possui. O que Joana não imaginava era que por meio dessa experiência viesse a descobrir o seu potencial para ajudar o próximo.

Joana iniciou os estudos em casa porque nas escolas teve muita restrição, as escolas se recusavam a matriculá-la, diziam não estarem preparados para atender pessoas com deficiência. Hoje, através da obrigatoriedade da matrícula dos alunos/as com deficiência no ensino regular é possível o direito ao acesso a escola que antes não se achava preparada para recebê-los (BRAGA, 2010, p.04). Esse avanço trouxe oportunidades para aqueles que estiveram ao longo dos tempos excluídos do convívio da escola regular.

Segundo Portela e Almeida (2009, p.153), “a família e a escola desempenham um papel muito importante para o desenvolvimento integral da criança”, especialmente para as crianças com deficiência, já que, o desenvolvimento de uma pessoa não é um processo solitário, individual e retilíneo, mas algo que acontece no plano social, entre as pessoas e de maneira dinâmica (BATISTA; FRANÇA, 2007, p.120). No caso de Joana, o fato de não ter começado a frequentar a escola muito cedo evitou que ela tivesse um contato maior com outras pessoas fora do meio familiar, isto é, dificultando o seu desenvolvimento, pois a família e a escola em parceria têm a importância no desenvolvimento do indivíduo (PORTELA; ALMEIDA, 2009).

A escolarização de Joana ocorreu na escola regular. O ambiente escolar trouxe muitos benefícios, pois possibilitou o seu desenvolvimento educacional e social. Precisamos reconhecer que é socialmente o meio em que as pessoas se constituem e se desenvolvem (BATISTA; FRANÇA, 2007), portanto a família é considerada o primeiro grupo que vai permitir o desenvolvimento e a superação das limitações da pessoa com deficiência, ela é responsável por permitir que a pessoa com deficiência tenha acesso irrestrito aos meios sociais de apropriação de conhecimento. Essa escola que Joana começou a frequentar era próxima a sua casa, mas mesmo assim sua mãe sempre a levava e buscava. Isto se deu devido o excesso de zelo familiar.

No ambiente escolar sua relação com colegas e professores era muito boa, porém, no início se assustaram um pouco porque ela foi a primeira pessoa com deficiência a estudar lá, mas depois foram se acostumando e passaram a aceitá-la. É de extrema importância que no ambiente escolar haja aceitação, receptividade e competência profissional por parte dos docentes e de todos que compõem a escola (BRAGA, 2010), pois um ambiente acolhedor e

que propicie momentos agradáveis é muito importante para que o aluno sintasse-se seguro e acolhido.

Em relação às atividades em sala de aula, Joana afirma que a deficiência foi obstáculo para algumas atividades, principalmente, aquelas em que ela não podia se encaixar, no entanto, às vezes, a professora dava um jeito para que ela pudesse participar igualmente a todos os alunos. Isto está ligado à ideia de inclusão, a partir do momento em que a professora se preocupa com adequação das práticas pedagógicas no sentido de que os alunos/as com deficiência possam apropriar-se dos mesmos conhecimentos que os demais alunos, de acordo com as suas limitações (BRAGA, 2010, p. 4).

Depois que terminou o fundamental resolveu fazer a Normal para ser professora. Foi como professora que conseguiu o seu primeiro emprego, numa escola pública da cidade, ensinou crianças da pré-escola e fundamental I. O trabalho foi um fator essencial no seu desenvolvimento pessoal, pois estimulou sua autonomia. Segundo Lima e Ribeiro (2010, p. 203), o trabalho é um fato subjetivo e um fato social, pois além de dar a sua contribuição, o sujeito se constrói, visto que, através do trabalho o indivíduo passa a fazer parte do meio social mais amplo, a partir dos laços e vínculos que cria com os demais.

Um dos motivos que levou Joana a trabalhar foi o desejo de colocar para frente aquilo que havia estudado. No começo foi meio decepcionante, pois viu que a escola aqui fora era bem diferente do estágio que teve na Normal, porém, com muita dedicação e esforço, procurou dar o seu melhor. Superar esses conflitos, presentes no contexto de trabalho, tende a tornar-se uma fonte de desenvolvimento pessoal, já que exige que o trabalhador desenvolva meios para lidar com eles (LIMA; RIBEIRO, 2010, p.203).

Na escola que Joana lecionava não havia acessibilidade, na entrada tinha um batente bem alto, isso dificultava sua locomoção. Cansada de depender da ajuda das pessoas correu atrás para que fosse instalada uma rampa, mas, infelizmente, não conseguiu, porém, não desistiu e logo depois que saiu da escola foi instalado uma rampa que vem ajudando muita gente. Sua relação com os colegas de trabalho era ótima, nunca se sentiu rejeitada e nem era tratada como diferente. Sempre era convidada para passeios, mas por insegurança, não aceitava.

O segundo trabalho que Joana conseguiu foi na Telpa, que era um trabalho voltado para pessoas com deficiência, foi nessa empresa que ela começou a ter convívio com outras pessoas com deficiência e passou a ter experiências enriquecedoras.

Hoje, Joana trabalha na biblioteca de uma escola próxima a sua casa, prefere usar aparelho como diz em sua voz *'eu tenho aparelho ortopédico e vou sozinha mesmo'* (ver

apêndice B), e afirma que sua deficiência não atrapalha no ambiente de trabalho. Sua função no seu local de trabalho é ajudar os alunos a pesquisar, tirar dúvidas, procurar livros, etc. Seu desempenho no trabalho é essencial para sua satisfação como ser humano, devido o trabalho ser um espaço que permite alcançar a independência, estabelecer novos vínculos e tornar-se uma pessoa mais autônoma e madura (LIMA; RIBEIRO, 2010, p.204).

Podemos afirmar que as dificuldades enfrentadas pela condição de deficiência não interferiram nos interesses de Joana, pois assim que terminou o curso de professora depois de três anos tentando vestibular conseguiu passar para o curso de Psicologia numa instituição privada.

Joana foi fazer vestibular, pois tinha o desejo de cursar um ensino superior. Sua primeira opção era pedagogia, mas como não conseguiu passar na federal então decidiu fazer Psicologia na UNIPÊ, como diz em sua fala *‘depois que passei eu disse pronto vou fazer, foi difícil porque era pago, mas eu pensei se depois não der para mim eu desisto’* (ver apêndice B). Depois que começou a estudar foi se identificando e gostando do curso.

A faculdade era muito cara, por isso Joana precisava trabalhar em dois empregos, para arcar com seus gastos, porém conciliar trabalho com estudos não é uma tarefa muito fácil, ademais para a pessoa que enfrenta dificuldades diárias de locomoção. Portanto, Joana se viu na obrigação de parar um pouco na sala de aula para poder estudar, mas continuou trabalhando na Telpa, porém, o dinheiro não era suficiente para as despesas, então foi atrás de uma bolsa e conseguiu.

Joana sempre correu atrás do direito à acessibilidade, porém muita coisa mudou depois que começou a estudar sobre os direitos das pessoas com deficiência, como diz em sua fala *‘eu corria antes atrás com aquela historia de “por favor”, hoje não, hoje eu corro atrás e digo esse é meu direito’* (ver apêndice B), a partir daí começou a entender que não precisava brigar.

Na própria faculdade quando começou a estudar, viu que não tinha acessibilidade. Para ir à sala de aula, por exemplo, precisava da ajuda das pessoas para subir as escadas. Então, cansada de ser “humilhada”, foi na coordenação do curso exigir que suas aulas fossem nas salas embaixo como diz em sua fala *‘como tinha sala embaixo eu pedi na coordenação que eu estudasse embaixo’*(ver apêndice B). Por meio de suas reivindicações, na universidade com o tempo começou a aparecer acessibilidade.

Um aspecto levantado por Joana em seu depoimento, relacionado ao ensino superior, aponta que na universidade ela não se sentia diferente de ninguém e nem se fazia de coitadinha. Em relação aos professores afirma que era tratada da mesma forma que os demais

alunos e que isso contribuiu muito no sujeito que ela é hoje, como diz em sua fala *‘todas as atitudes dos professores não foram ruins para mim, foi bom que me fez crescer mais ainda’* (ver apêndice B). É preciso esclarecer que a postura dos professores de Joana está ligada a ideia de empoderamento, a partir do momento em que eles acreditam na sua capacidade.

O ensino superior é um caminho de empoderamento para a pessoa com deficiência. Dantas (2015, p. 83) considera que, “o acesso de pessoas com deficiência no ensino superior pode representar um alto nível de empoderamento e de autoadvocacia, já que é decorrente de uma ruptura com o estigma de incapacidade que paira sobre essas pessoas”. Uma vez que, através do processo de empoderamento o sujeito com deficiência se fortalece e evolui, passa a viver situações que muda completamente sua vida. Outro aspecto levantado por Dantas (2015, p. 87) é que o ensino superior é um grande avanço na vida da pessoa com deficiência, pois “a chegada nessa etapa de ensino significa que precisou superar diversas barreiras sociais e apresentou capacidade não só de estar ali, mas de, futuramente, atuar no mercado de trabalho”.

Joana teve uma vida social tranquila, gostava de frequentar restaurantes e barzinhos, porém sempre evitava ir a lugares que não tivesse acessibilidade. Seus pais não deixavam muito ela se relacionar, pois pensavam que as pessoas queriam se aproveitar da filha, por isso foi complicado para eles aceitarem ela namorar. Até sua irmã mais nova tinha mais liberdade.

A voz de Joana revela que a superproteção é uma característica identificada em sua vida, quando afirma *‘minha mãe ficou louca quando soube que eu ia estudar’* (ver apêndice B). Outro aspecto levantado na sua história de vida relacionado à superproteção se dá quando diz *‘meus pais não deixavam muito eu me relacionar com as pessoas’* (ver apêndice B). Ao referir-se a tal assunto, é importante destacar que o excesso de zelo pode prejudicar a vida da pessoa com deficiência, uma vez que, pode gerar dependência emocional e trazer consequências que faz a pessoa com deficiência se sentir inútil e sem valor. Portanto, a família não se deve deixar ofuscar pela deficiência, centrando-se nela e esquecendo, ou deixando em segundo plano, a tarefa principal de uma família: o desenvolvimento máximo das potencialidades e habilidades de uma pessoa (KROEFF, 2012, p. 74).

Tal realidade trouxe situações que inclui medo e dificuldades de se relacionar. Porém, cansada de ser controlada totalmente e preocupada com o futuro, como diz em sua fala *‘eu pensava e quando minha mãe não estiver mais aqui?!’* (ver apêndice B), a jovem lutou contra o excesso de zelo familiar e mostrou que com deficiência é possível correr atrás de seus objetivos e da felicidade.

Joana participa há três anos do conselho das pessoas com deficiência de Santa Rita, participa de reuniões e de conferências e conhece pessoas com deficiência de vários lugares do país. Também sempre se interessou em saber sobre os direitos das pessoas com deficiência, mas foi através do conselho das pessoas com deficiência que começou a ter mais conhecimento sobre os seus direitos.

Porém, Joana revela que começou a se engajar mais e com mais força na luta dos direitos das pessoas com deficiência depois que se casou. Seu marido também tem deficiência física e vem de uma história de deficiência há muitos anos em Portugal onde teve uma ONG de pessoas com deficiência intelectual, física e auditiva.

3.2 A história de vida de Marília

Conforme visto no item anterior, os critérios utilizados para a seleção das participantes obedeceram aos objetivos proposto nesse estudo, sendo assim, destacamos, principalmente, conforme os critérios de escolha da participante Marília, considerando o nível de empoderamento, a sua participação no CPIC – Centro de Práticas Integrativas e Complementares de Valentina – centro que tem como um dos objetivos oferecer atendimento de integralidade do indivíduo (física, mental, emocional, espiritual, social) e a sua autonomia em relação ao seu corpo e ao seu processo de saúde e doença.

A história de vida de Marília é marcada por uma reviravolta, após adquirir a deficiência visual na fase adulta, perdeu o desejo de viver, enfrentou diversas dificuldades familiares que privava seu convívio social, porém, enquanto achava que tudo estava perdido, sua vida começou a mudar, e com o CPIC – Centro de Práticas Integrativas e Complementares do Valentina – passou a ver a deficiência como um aprendizado para a vida e percebeu que a deficiência não precisa ser um obstáculo para o sucesso. A entrevista com Marília foi realizada no dia 06 de novembro de 2015 na Praça do CE na UFPB e teve duração de 1h30min.

Análise dos dados

Marília mora no bairro de Valentina Figueiredo na cidade de João Pessoa, tem 44 anos e possui deficiência visual. Sua história de vida é marcada por uma reviravolta. Após adquirir

deficiência na idade adulta, passou por aspectos conflitivos e contraditórios do viver, porém, com superação e força de vontade conseguiu vencer os obstáculos.

Marília sempre gostou de estudar e tinha uma vida independente, antes de adquirir a deficiência. Formou-se em administração, mas não trabalhou na área, pois gostava mesmo era de ensinar. Porém, não queria trabalhar numa escola convencional, então abriu um reforço em sua casa e começou com uma educação fora do tradicional, estimulou as crianças a ler e pensar. Nessa época, morava ainda em Sergipe, foi quando adquiriu a deficiência.

Marília é diabética e adquiriu a deficiência por causa de um estresse muito grande que desencadeou num processo de hemorragia, isto é, podemos dizer que a diabete atingiu a estrutura dos olhos, fazendo a hemorragia dentro dos olhos causar a diminuição da visão.

A perda da visão provoca diversas mudanças na vida do sujeito, já que, as perdas não se resumem ao prejuízo da visão: elas são emocionais, afetam as habilidades básicas, a ocupação profissional, a comunicação e a personalidade como um todo (Gil, 2000, p. 64). “Após a cegueira a pessoa se vê mutilada, fragmentada; ela se sente diferente do que era e também está diferente dos demais” (GIL, 2000, p. 65). O indivíduo sofre limitações para se relacionar com o mundo, pois são os olhos que captam estímulos sensoriais capazes de realizar a sua relação com os objetos, pessoas, situações e vida social em geral (PARNOF, 2010, p. 33).

Pode-se perceber, através do depoimento de Marília, que a notícia da perda da visão foi um grande choque em sua vida, já que, não esperava por isso, se recusava aceitar e conviver com a perda da visão. Podemos afirmar que a deficiência pode despertar no indivíduo sentimentos de incapacidade, em alguns casos desesperança, tristeza, ocorrendo mudanças na sua relação com os outros e consigo mesmo, ou seja, diversas formas de reações emocionais (PARNOF, 2010, p. 32).

Por ter perdido a visão há pouco tempo, Marília se sentia muito insegura não apenas pela condição em que se encontrava, mas por estar com deficiência numa cidade nova onde não conhecia ninguém. Além da insegurança, algumas das reações psicológicas que podem ocorrer devido à perda da visão, refletem a negação da limitação, desconfiança em relação a outras pessoas e suas intenções, ressentimento pela sensação de não ser querido e aceito pelo mundo (PARNOF, 2010, p.32).

Marília sempre foi uma pessoa que estudou, trabalhou fora do Brasil por oito anos, tem uma bagagem enorme em nível de cultura e experiência, já que era uma pessoa independente antes de adquirir a deficiência, mas com a deficiência tudo mudou, uma vez que, passou a por várias situações limítrofes em sua vida, entre elas está à dependência de

outras pessoas para desempenhar tarefas, que até então realizava independentemente (PARNOF, 2010, p.30).

A independência para Marília veio por meio do Centro de Práticas Integrativas e Complementares do Valentina (CPIC), através desse centro começou a ter força de vontade e conseguiu enfrentar o medo e a insegurança, e percebeu que nem tudo estava perdido.

Podemos afirmar que o Centro de Práticas Integrativas e Complementares do Valentina trouxe mudanças significativas na vida de Marília, uma vez que contribuiu no seu processo de empoderamento, já que possibilitou que ela renunciasse ao estado de tutela, de dependência, de impotência, em que se encontrava e transforma-se em um sujeito ativo, tomando a direção da vida nas próprias mãos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.734).

No CPIC, Marília passou por um terapeuta e começou a fazer Biodança, Tai Chi Chuan, yoga, passou a olhar para si mesma e descobriu que a vida não tinha acabado, através dessas vivências, surgiu à possibilidade de redimensionar seus limites e suas dificuldades, explorando melhor suas potencialidades (FIGUEIREDO; TAVARES; VENÂNCIO, 1999).

A dança é percebida como um caminho rico para descobertas e reconhecimento corporal, pois possibilita ao indivíduo buscar na dança o seu corpo (FIGUEIREDO; TAVARES; VENÂNCIO, 1999), além disso, o movimento favorece a busca mais ampla de interação, podendo proporcionar conhecimentos que são levados para a vida diária da pessoa com deficiência.

Marília tem uma vida social bem agitada, gosta de sair com os amigos à praia, rio, discoteca, barzinho, biblioteca. A autonomia pessoal é destacada em várias situações da sua vida diária, no lazer, na vida emocional, na independência no trajeto de ir e vir (ACIEM; MAZZOTTA, 2012).

A autonomia pessoal é destacada também em sua vida através da locomoção independente, *'já aprendi a andar sozinha em shopping, quando tenho duvida eu pergunto a alguém'* (ver apêndice C), a possibilidade de locomoção independente é extremamente significativa para as pessoas com deficiência visual (ACIEM; MAZZOTTA, 2012).

Porém, um dos grandes desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência visual está na questão da acessibilidade, visto que nas ruas são encontrados diversos obstáculos estruturais, que prejudicam o dia a dia da pessoa com deficiência. Ademais, a pessoa que perdeu a visão precisa aprender a se deslocar e a executar as tarefas do seu dia a dia. Para isso, é fundamental aprimorar os demais sentidos, a capacidade de concentração e a atenção, para conseguir caminhar em qualquer ambiente (GIL, 2000, p.65). Porém, a falta, por exemplo, da padronização nas calçadas, tende a tornar tudo mais complicado.

Em relação à vaidade Marília revela em seu depoimento que gosta de fugir do estereótipo que foi criado para a pessoa com deficiência visual, *‘da mulher de cabelo preso, com as roupas feias, com as unhas mal feitas, não sabem se arrumar, não sabe passar um batom direito (...)’* (ver apêndice C), afirma que gosta de se cuidar, de fazer compras, de ir ao salão de beleza.

A aprovação no Enem foi uma grande surpresa na sua vida como diz em sua voz *‘quando eu soube que passei na federal eu senti muito orgulho de mim’* (ver apêndice C). Escolheu duas opções de curso, por sorte passou em Pedagogia que era o curso que mais queria. A inclusão no ensino superior foi fundamental para o seu desenvolvimento profissional. Para Calheiros e Fumes (2011, p. 66), a efetivação desse direito tem muito a contribuir para que haja o empoderamento e o fim da tutela que tão fortemente tem marcado as ações da sociedade em relação a esse grupo de pessoas.

Cursando o terceiro período do curso de Pedagogia na UFPB, em seu depoimento Marília declara sua boa relação com a maioria professores. Ela afirma que alguns dos professores a convida para dar aula na sala para períodos anteriores, para falar sobre educação inclusiva, acessibilidade e levar vivências, *‘para mim é uma conquista muito grande’* (ver apêndice C), isso vem contribuir no seu empoderamento, já que traz condições propícias para o exercício de sua capacidade e autonomia (CALHEIROS; FUMES, 2011, p.65).

Marília comenta estar quebrando um dos grandes tabus dentro da universidade, ao relatar, em seu depoimento, que escolhe a maneira a ser avaliada, *‘no meu caso como não sei ler o braile e não tem como escrever, eu peço, porque eu tenho o direito de pedir prova oral’* (ver apêndice C), mas afirma que alguns professores concordam e outros ficam chateados. Ao referir-se a tal assunto, precisamos destacar a importância de uma formação pedagógica que contemple a singularidade de cada indivíduo, porém, infelizmente, nem todos os docentes se preocupam com a prática da pedagogia voltada para a inclusão das pessoas com deficiência (CALHEIROS; FUMES, 2011, p.65).

Uma vez identificada às necessidades da importância de um sistema educacional em que todos tenham as mesmas oportunidades de frequentar e desenvolver as potencialidades, nesse sentido, é necessário que a instituição de ensino superior atenda a todas as pessoas e considere que todos podem aprender juntos e desenvolver-se social e pessoalmente (CALHEIROS; FUMES, 2011, p.68).

Um dos grandes desafios vividos pelas pessoas com deficiência é superar a imagem que a sociedade tem delas, já que o sujeito com deficiência é visto como um “eterno dependente”, isto pode ser observado no depoimento de Marília quando afirma *‘algumas*

peças se assustam quando falo que sou deficiente visual, porque eles olham como se eu fosse uma anormal, acho que pensam como pode uma deficiente visual falar dessa maneira' (ver apêndice C). Quando uma pessoa com deficiência fala bem e tem um desempenho acadêmico satisfatório e bom nível de informação e verbalização deixa muitas pessoas deslumbradas, em razão da sociedade não esperar nada delas, em termos de autonomia e de independência (GIL, 2000, p. 10).

Porém, vale lembrar que na sua vida ocorreram várias situações que contribuíram no seu processo de empoderamento, muitas vezes em arenas conflitivas, onde necessariamente se expressam relações de poder (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.742), na medida em que se sentiu capaz e motivada para intervir em sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre gênero e deficiência, identificando os marcadores de identidade que giram em torno dessas duas temáticas. Além disso, também, permitiu uma pesquisa de campo para obter dados sobre a vivência de mulheres com deficiência, destacando, principalmente, as dificuldades enfrentadas por essas mulheres em busca da emancipação individual e uma boa qualificação escolar.

Em suma, através do embasamento teórico, podemos afirmar que: na sociedade em que vivemos, a mulher enfrenta uma desigualdade de gênero em relação ao homem, visto que as mulheres são consideradas “inferiores”. Por outro lado, precisamos lembrar que: a desigualdade social também está presente nas pessoas com deficiência, devido às características da deficiência. Em vista disso, vemos que a mulher com deficiência vem vivendo uma dupla desvantagem na sociedade, em relação ao gênero e a deficiência. Inclusive, em relação à pesquisa de campo foi possível, nesse estudo, conhecer a história de vida de duas mulheres com deficiência que vivem um processo constante de empoderamento. Portanto, dessa forma, os objetivos propostos no estudo foram alcançados.

A pesquisa foi baseada em estudos bibliográficos e na pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, tendo como instrumento a entrevista com roteiro semiestruturado. Sendo assim, para melhor compreender a vivência das mulheres com deficiência, foram realizadas entrevistas história de vida, com duas mulheres com deficiência que tem formação acadêmica.

As entrevistas realizadas nesse estudo conseguiram mostrar a força de vontade das participantes em enfrentar os diversos obstáculos encontrados no seu dia a dia. No caso de Joana, que tem deficiência física desde os dois anos, além de superar as dificuldades para se locomover nas ruas também teve que enfrentar em sua vida todo o excesso de zelo familiar, para conquistar sua independência, ademais viu na faculdade e no trabalho um caminho de avanço e desenvolvimento pessoal.

Através das vivências diárias a jovem foi aprendendo a tomar pequenas decisões e a confiança que foi adquirindo a fez aumentar suas decisões. Hoje, pode-se dizer que Joana tem poder sobre sua própria vida. Ela tem uma ONG que trabalha com pessoas com Síndrome de Down, nessa ONG ela trabalha com artes manuais, com argila, com pintura, com desenhos.

Essa ONG é uma forma de Joana auxiliar no aumento das habilidades das pessoas com deficiência e também influenciar na capacidade de ação e decisão.

No caso de Marília, que possui deficiência visual há dois anos, além de ter passado por uma mudança radical em sua vida, após adquirir deficiência na idade adulta, também teve que enfrentar o estado em cárcere de privado que se encontrava, em seguida, através do CPIC – Centro de Práticas Integrativas e Complementares no Valentina – tomou gosto pela vida e conquistou sua autonomia e com isso veio o desejo de fazer um curso superior. Enfim, através das experiências diárias, podemos afirmar que a história de vida de Marília foi marcada por diversas situações de desempoderamento, porém essa realidade não impediu que a jovem construísse sua própria existência, visto que superou a realidade em que estava inserida e passou a controlar sua vida com responsabilidade.

O ensino superior pode representar um grande avanço no nível de desenvolvimento da pessoa com deficiência. No caso das participantes dessa pesquisa uma das grandes conquistas na vida delas foi o acesso ao Ensino Superior, um lugar em que conseguiram conquistar o seu espaço. Além disso, podemos dizer que o ensino superior contribuiu no processo de empoderamento das participantes, visto que, a experiência vivida por elas possibilitou a autoconfiança, ademais, o desenvolvimento de suas habilidades.

Por fim, verificou-se que a deficiência é o aspecto mais determinante na vida dessas mulheres, visto que, através dos relatos, observamos que para as mulheres entrevistadas a desigualdade social se dá mais devido à deficiência, uma vez que as características da deficiência se encontra mais presente.

A oportunidade de refletir sobre as vivências da mulher com deficiência foi enriquecedor tanto de um ponto de vista individual quanto acadêmico. No que se refere à contribuição que este estudo buscou oferecer consiste em um convite para analisar e aprender mais sobre a problemática do empoderamento das mulheres com deficiência. Lançar um olhar para uma temática pouco estudada como esta proporciona conhecimentos que faz diminuir as interpretações equivocadas em relação ao tema, por isso destaco a importância da realização de trabalhos como este.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira de. ANDRADE, Thamyres Ramos de. **A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola**, jan/2010.

ACIEM, Tânia Medeiros. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Autonomia pessoal e social de pessoas com deficiência visual após reabilitação. Revista Brasileira de Oftalmologia**, São Paulo, p. 261-267. 2013.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **A situação das Américas: democracia, capital social e empoderamento. Revista debates**, porto alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan/abr. 2012.

BATISTA, Sérgio Murilo. FRANÇA, Rodrigo Marcellino. **Família de Pessoas com Deficiência Desafios e superação. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3, n.10, jan./jun. 2007.

BONI, Valdete. QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2 n. 1, p. 68-80, jan/jul. 2005.

BRAGA, Adelaide Maria Melo. **Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual em escolas regulares. 2010. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_12_2010.pdf>. Acesso em: nov. 2016.**

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. DOU**, Brasília, DF, jul/2008.

CALHEIROS, David dos Santos. FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **O (a) aluno (a) com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade de maceió/al**, Debates em educação, Maceió, v. 3, n. 5, Jan./Jun. 2011.

CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.45-61, jan./abr. 2010.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: nov. 2016**

DANTAS, Taísa Caldas. **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá. 237f. Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.**

_____. **Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia, Crítica Educativa**, São Paulo, v.1, n.2, Jul/dez de 2015.

DUARTE, Emerson Rodrigues. RAFAEL, Carla Beatriz da Silva. FILGUEIRAS, Juliana Fernandes. NEVES, Clara Mockdece. FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.2, p. 289-300, Abr/Jun. 2013.

FERNANDES, Lorena Barola. SCHLESENER, Anita. MOSQUERA, Carlos. **Breve histórico da deficiência e seus paradigmas.** Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p.132 –144. 2011.

FIGUEIREDO, Valéria Maria Chaves de. TAVARES, Maria da Consolação Cunha. VENÂNCIO, Silvana. **Uma reflexão sobre a pessoa portadora de deficiência visual e a dança.** Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer, São Paulo, n.12, p. 214-2020, maio de 1999.

GIL, Marta. **Deficiência Visual.** Cadernos da tv escola, Brasília, n. 1, p. 80, 2000. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2014. Matrículas no ensino superior crescem 3,8%. Brasília: INEP/ Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>. Acesso em: nov. 2016

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento:** processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde Sociedade, São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

KROEFF, Paulo. **A Pessoa com Deficiência e o Sistema Familiar.** Revista Brasileira de Terapia de Família, p. 67-84. Jul/2012.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional.** 2003. 173f. Dissertação de Mestrado (Psicologia Social) - PUC Goiás, Goiás, 2003.

MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivanski De. **História oral como fonte:** problemas e métodos. História, Rio Grande, p. 95-108, 2011.

MELLO, Anahi Guedes de. NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência:** interseções e perspectivas. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 635-655, set/dez. 2012

PARNOF, Deisy. **Deficiência Visual:** a perda e a superação. Rev. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 16, n. 45, p. 29-37, abr. 2010.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus. ALMEIDA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. **Abordagem multidimensional família e escola:** como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, p. 148-159. 2009.

RIBEIRO, Elisa Antonia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa.** Evidência, Araxá, n.4, p. 129-148, 2008.

RIBEIRO, Rafaella Portes Diniz. LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **O trabalho do deficiente como fator de desenvolvimento.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 13, n. 2, p. 195-207, 2010.

SANTANA, Vagner Caminhas. BENEVENTO, Claudia Toffano. **O conceito de gênero e suas representações sociais.** EFDeportes.com, Revista Digital, Buenos Aires, n.176, 2013, Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>> acesso em: nov. 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. IN: Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez. 1990.

SILVA, Luciene M. Da. **O estranhamento causado pela deficiência:** preconceito e experiência. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, v.11 n. 33, p. 426, Set./Dez. 2006.

VALOURA, Leila de C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador.** Programa Comunicarte de Residência Social, 2005-2006 Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/303912423_Paulo_Freire_o_educador_brasileiro_autor_do_termo_Empoderamento_em_seu_sentido_transformador>. Acesso em: nov. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caracterização geral

Nome: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Idade: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Bairro: _____

Tipo de deficiência: _____

Você nasceu com essa deficiência? _____

Além de você tem mais alguém em sua família que tenha algum tipo de deficiência? _____

Onde e com quem você mora? _____

Tem irmãos? _____

Você é casada? Tem filhos? _____

Quem tem mais autoridade na sua casa e como é a relação familiar? _____

Como você é tratada dentro de casa? _____

Seus pais dão liberdade para você ir aonde quiser? _____

Seus pais deixam você tomar suas próprias decisões? _____

Educacional

Com quantos anos você começou a estudar? _____

Qual escola você frequentou? _____

Na época você recebia algum atendimento ou apoio educacional especializado? _____

Essa escola era próxima a sua casa? _____

Como você ia à escola? Alguém acompanhava você? _____

Como era sua relação com os colegas e professores? _____

Em algum momento você se sentiu excluída em sala de aula? _____

Houve necessidades de adaptações? _____

Por qual motivo seus pais colocaram você nessa escola? _____

O que você mais gostava nessa escola? _____

As outras escolas que você estudou tinham acessibilidade aos portadores de deficiência? _____

Quando você decidiu que queria fazer um curso superior? _____

Houve motivação familiar? _____

Por que você escolheu esse curso? _____

Qual foi a maior dificuldade para você entrar na universidade? _____

Você acreditava na sua capacidade de ter uma formação superior? _____

Como você é (ou era) tratada dentro do ensino superior? _____

Em algum momento você se sentiu em desvantagem na universidade? _____

Como é (ou era) a sua relação com colegas e professores da universidade? _____

O que significa estar na universidade para você? _____

Trabalho

Você trabalha? Em que? _____

Desde quando começou a trabalhar? _____

Como conseguiu seu trabalho? _____

Houve alguma adaptação no seu trabalho? _____

Você precisou de alguma formação para exercer seu trabalho? _____

Você gosta do seu trabalho? _____

O que lhe motivou a trabalhar? _____

Como é a relação com os colegas de trabalho? _____

Como você vai ao trabalho? Alguém acompanha você? _____

Você se sente competente em seu trabalho? _____

O salário que você recebe em seu trabalho é suficiente para você ou precisa da ajuda de seus pais financeiramente? _____

A sua deficiência atrapalha de alguma forma o desenvolvimento no trabalho? _____

Vida social

Nos momentos de lazer o que você mais gosta de fazer para se divertir? _____

Você costuma sair sozinha ou com os amigos? _____

Você tem muitos amigos? Como é sua relação com eles? _____

Que lugares você mais costuma frequentar? _____

Você sente dificuldades em frequentar algum determinado lugar que você gosta? _____

Seus pais dão (ou davam) liberdade para você se relacionar com as pessoas? _____

Você se sente excluída por possuir deficiência? _____

Empoderamento:

Você conhece os direitos das pessoas com deficiência? _____

Desde quando você começou a se interessar pelos direitos das pessoas com deficiência? Por quê? _____

O que mudou em sua vida, a partir do momento que você teve conhecimento sobre seus direitos? _____

Você participa de algum grupo de assistência as pessoas com deficiência? _____

O que significa empoderamento para você? _____

Você se sente um sujeito empoderado? _____

Quando você começou a atuar como autodefensor de seus direitos? _____

Para você qual a importância da pessoa com deficiência se tornar um sujeito empoderado? _____

Você acha que o ensino superior fortaleceu o sujeito que você é hoje? _____

APÊNDICE B – HISTÓRIA DE JOANA

História de vida de Joana contada por ela mesma

Eu nasci aqui na cidade de Santa Rita no dia 12 de agosto de 1963, tenho 52 anos e possuo deficiência física. Nasci sem deficiência, mas aos dois anos tive paralisia infantil. Tenho quatro irmãos e sou a única na família com deficiência. Sou casada. Moro em casa com meu marido e um filho dele. Não tenho filho. A relação familiar é muito boa, inclusive com o filho do meu marido. Meu marido e eu somos muito unidos. Nós dois sempre resolvemos as coisas juntos, dependendo do que formos resolver, sempre combinamos um com o outro.

Quando criança os meus pais não souberam lidar com a minha deficiência. Minha mãe ficou muito triste, pois eu fiquei com deficiência porque na época eles ficaram com medo de dar a vacina contra paralisia infantil, como eles são do interior ficaram com medo e não deu, aí eu fiquei assim. Foi muito difícil para eles porque eles não entendiam, era uma coisa nova e rara. Na minha adolescência eu não saía sozinha, até porque como eu não sabia andar eu só andava com eles.

Sempre morei com minha mãe e meu pai. Mas, depois que meu pai faleceu, minha mãe, como era muito apegada a ele, ficou doente na cadeira de rodas. Eu tinha muito medo de minha mãe ficar na cadeira de rodas, por que eu dizia como vou cuidar da minha mãe, nós duas na cadeira de rodas. Chegou um período que ela ficou na cadeira de rodas (...). Para você ver, que hoje sou casada com uma pessoa que vive na cadeira de roda, e a gente se vira sozinho, quando quero minhas coisas que não consigo sempre dou um jeito de pegar.

Comecei a estudar em casa por que nas escolas teve restrição, eles não sabiam como ensinar, porque não tinham noção que era deficiência das pernas e não da mente. Por isso, eu tive que estudar em casa, tinha uma professora que me ensinava em casa.

Depois foi aos sete ou oito anos que eu fui para escola. Nessa época eu usava aparelho, pois não tinha acessibilidade. Minha mãe sempre me levava à escola, mesmo sendo próxima a minha casa (...). Minha relação com colegas e professores era boa, no começo me acharam meio estranha, mas depois se acostumaram (...). Na sala de aula, às vezes, me sentia um pouco excluída por que não podia participar de todas as brincadeiras, mas às que podia me adaptar eu participava.

Estudei até a 8º série e depois fui para a escola Normal para ser professora. Eu quis fazer a Normal porque eu não queria ficar sem fazer nada, então eu disse quero ser professora. Nessa época eu usava aparelho, pois não tinha acessibilidade. Assim que terminei a Normal já fui trabalhar numa escola,

peguei criança de pré-escolar, primeira, segunda, terceira e quarta série. Que era até onde eu podia lecionar.

Na escola que lecionava não havia acessibilidade para pessoas com deficiência, mas depois que eu saí houve. Porque quando eu entrei lá eu bati em cima e dizia a gente quer acessibilidade, à gente tem direito, hoje em dia é difícil, mas quando trabalhava era um batente bem alto para eu subir, era uma agonia, mas eu subia. Quando começaram a ver as coisas diferentes, as pessoas começaram há acordar um pouco, depois que virou lei, pois antes fazia quem queria porque não era obrigado.

O que me motivou a trabalhar foi o desejo de levar pra frente o que eu tinha estudado. Porque quando você está num ambiente pedagógico, você vê lá tudo bonitinho, arrumadinho, as criancinhas, quando você sai para rua vê que não é nada daquilo que fez na escola. Quando estagiei na normal foi uma coisa, quando fui para escola aqui na rua, vi que era tudo diferente, você vê que não é nada daquilo. No início foi frustrante, aí enfrentei e até que gostei. Tem que se adaptar. Eu pensava tudo que aprendi na normal, todos aqueles trabalhos, seria muito bom trazer para os meninos aqui fora, então eu pedia as coisas, os materiais e levava para escola, por que na escola não tinha. Eu pensava vou ver como é aqui fora, então fui embora.

Quando estava na escola minha relação com colegas de trabalho era boa, nunca me senti rejeitada. Às vezes, me convidavam para algum banho, eu não ia. Eles diziam que me ajudavam, mas eu não queria ir. Todos me incentivavam para participar dos passeios que iam. Eu era meio antissocial, às vezes era porque eu não queria ir, às vezes eu pensava que eu ia dar trabalho (...).

Depois fui para uma secretaria e trabalhei numa antiga Telpa, que era de telefone, como na Telpa era um contrato eu nunca deixei de trabalhar na Telpa e na escola. Vai fazer 29 anos que trabalho na prefeitura, antes de professora e hoje trabalho na biblioteca.

Na biblioteca as pessoas também são muito boas. No dia que não posso ir a menina tira meu horário, quando ela não vai conta comigo também. Eu trabalho aqui perto de casa então eu uso aparelho, eu tenho aparelho ortopédico e vou sozinha mesmo. Tudo que eu posso fazer em meu trabalho para os alunos eu faço, quando eles precisam pesquisar algo ajudo, tiro dúvidas. Na maioria das vezes as crianças não sabem procurar os livros, pois muitos não têm costume de ler, então eu vou e ajudo. Meu salário como professora é tranquilo. É suficiente. A deficiência não atrapalha não, pois locais que eu quero ir eu vou, os locais que vejo que não dá para ir eu não vou.

Depois que terminei a Normal eu fui fazer vestibular, queria fazer Pedagogia. Quando fui fazer tinha duas opções de curso um era Pedagogia na Federal e Psicologia na UNIPÊ. Não passei na federal, mas passei na UNIPÊ. Depois que passei eu disse pronto vou fazer, foi difícil por que era pago, mas eu

pensei se depois não der para mim eu desisto. Comecei a estudar e fui me identificando e gostando do curso. Então eu pensei vou terminar meu curso. Comecei meu curso superior aos 26 anos.

Tive que parar um pouquinho na sala de aula para poder estudar, mas trabalhando ainda na antiga Telpa, que era um trabalho voltado para os deficientes. Trabalhei aqui em Santa Rita, trabalhei em água fria que é perto da UNIPÊ e trabalhei na Epiácio Pessoa tudo como telefonista. Depois fui para uma secretaria e hoje trabalho na biblioteca. Trabalho desde 1988 na prefeitura de Santa Rita faz 27 anos.

Na própria UNIPÊ quando comecei a estudar, não tinha acessibilidade só tinha escada, para eu ir a minha sala algumas vezes eu subia as escadas, mas depois eu não quis mais (...). Como tinha sala embaixo eu pedi na coordenação que eu estudasse embaixo, as pessoas lá me ajudaram, foram muito legais comigo. Os colegas falaram que iam escolher uma sala lá em baixo por que eu tinha direito. Por que até então a universidade não tinha noção que tinham pessoas com deficiência. Os deficientes que passaram por lá não reivindicaram. Eu disse, eu tenho o direito de estudar em baixo, não sou obrigada as pessoas ter que me ajudar a descer. Eles começaram a ver isso, e na própria universidade começou a aparecer acessibilidade.

O curso era muito puxado e como eu também trabalhava, teve uma época que eu não estava aguentando então parei um semestre, mas depois eu voltei e terminei. A faculdade era muito cara e eu não tinha dinheiro, então fui atrás de uma bolsa e as pessoas que estavam lá me ajudaram a conseguir a bolsa, isso foi muito bom.

Na faculdade minha relação com os colegas e professores era muito boa. Nunca me senti diferente de ninguém. Uma vez, um dos professores foi dar aula sobre deficiência e ficou com medo de falar, pois pensava que eu poderia ficar com raiva e que isso poderia me machucar ou eu ia ficar me achando na frente dos outros, eu falei para ele que não tinha nada haver, tudo tranquilo.

A única dificuldade que achei foi na distancia daqui para UNIPÊ de ônibus, pois tinha que pegar quatro ônibus por dia. Eu sempre acreditei que tinha capacidade de me formar. Eu saia de casa as 05h00min da manhã para trabalhar em João pessoa e de lá pegava o ônibus para ir à universidade, às vezes, nem comia direito.

Na faculdade eu era tratada como todos, de forma igual. Quando chegava atrasada a professora dava bronca, era igual a todo mundo. A aula começava de 1 hora eu chegava depois das 2 horas, por que eu pegava dois ônibus. Já cheguei a perder prova porque demorei por causa do ônibus, mas os professores não aceitavam minhas desculpas. Mas também eu não queria ser vista como diferente eu queria ser tratada igual a todo mundo. Nunca me fiz de coitadinha. Todas as atitudes dos professores não foram ruins para mim, foi bom que me fez crescer mais ainda. Mesmo eu sabendo que para

mim era tudo mais difícil ninguém passava a mão na minha cabeça não. E eu não achei ruim. A gente vai crescendo ao longo do tempo, e vai vendo que a gente é capaz.

Na época, minha mãe ficou louca quando soube que eu ia estudar e tinha que pegar ônibus. Na verdade o medo que ela tinha era me deixar caminhar sozinha. Eu sabia que ela não podia estar toda hora comigo, pois sempre minha mãe esteve comigo a todo lugar que ia. No começo ela ficou meio tenebrosa, pois pensava como é que eu ia me virar sozinha, ela era muito protetora, às vezes a proteção não é muito boa não, na verdade ela estava querendo o meu bem, mas quando você fica muito ligada, você não consegue sua independência. Por isso, eu pensava e quando minha mãe não estiver mais aqui?! Eu sempre fui uma pessoa muito teimosa, por isso, insisti muito e ela acabou autorizando. Mas todos os dias ela sempre me deixava no ponto do ônibus.

Minha mãe foi a chave fundamental para eu ser o que sou hoje, ela já faleceu, mas ela batalhou, ela correu atrás, minha mãe sofreu muito com tudo que aconteceu comigo. Eu dizia a minha mãe que quando eu colocasse o aparelho eu ia à igreja com ela, para agradecer a Deus por tudo, quando coloquei o aparelho foi complicado, treinei em casa muito, até que fui para rua no caminho da igreja, é perto daqui de casa, quando fui até a igreja eu cai, minha mãe ficou muito assustada e disse ai meu Deus do céu você caiu vamos voltar, eu falei não mãe eu vou para a igreja, alguém me ajudou, me machuquei um pouquinho, mas eu segui caminho, se eu voltasse estava regredindo e teria me arrependido, pois iria ficar com medo e não ia mais sair. Depois sai e levei várias quedas, semana passada levei uma queda bem próximo aqui, mas é tão incrível que vem tanta gente que me levanta.

Minha vida social já foi muito badalada, mas quando fui chegando aos 30 e 35 anos fui ficando mais calma. Eu gostava mais de ir a restaurantes e barzinhos. Meus pais não deixavam muito eu me relacionar com as pessoas, quando fui arrumar um namorado eles disseram o que ele quer com você, como se eu fosse uma “coitadinha”, eu dizia minha gente eu sou deficiente das pernas mais o restante funciona tranquilo. Foi complicado para eles aceitar eu namorar, eles pensavam que os homens queriam se aproveitar de mim. Minha irmã mesmo sendo 8 anos mais nova do que eu, ela tinha mais liberdade.

Conheço os direitos das pessoas com deficiência porque hoje faço parte do conselho das pessoas com deficiência, tenho muitos livros que falam sobre o assunto. Também tenho uma ONG que trabalha com pessoas com Síndrome de Down, nessa ONG trabalhamos com artes manuais, com argila, com pintura com desenhos. Eu tenho um grupo que faz parte disso. Foi nessa ONG que tive mais convivência com pessoas com deficiência. E também como participo há uns três anos do conselho das pessoas com deficiência, comecei a participar de reuniões e conferências.

Eu sempre briguei na rua por acessibilidade, mas não tinha rampa aqui em casa, então as pessoas diziam você briga tanto na rua e na sua casa não tem uma rampa, as pessoas não entendem que não estou brigando apenas por mim, pois tem outras pessoas que também precisam (...). Eu comecei a me engajar mais e com mais força, depois que casei com meu marido, como ele também é deficiente, e vem de uma história de deficiência há muitos anos em Portugal.

Às vezes, quando vou atrás dos meus direitos eu mesma vou, alguém pode me acompanhar, mas eu mesma vou falar, por que sou eu que sinto na pele. Sempre corri atrás dos direitos das pessoas com deficiência, não só físico mais qualquer um. Antes corria atrás com aquela história de “por favor”, hoje eu sei que é meu direito. Eu sei o quanto é importante ter acessibilidade, pois não só vai ajudar as pessoas que tem deficiência como também os idosos.

APÊNDICE C – HISTÓRIA DE MARÍLIA

História de vida de Marília contada por ela mesma

Eu nasci no dia 21 de junho de 1971, tenho 44 anos e possuo deficiência visual. Eu tenho mãe e duas irmãs, sou a mais velha. Moro sozinha no Valentina Figueiredo – PB. Não sou casada e não tenho filho e nunca quis ter, mediando estudo e trabalho esse processo todo acabou que o tempo foi passando. Minha mãe esta viva e é portadora de câncer, meu pai já morreu.

Sou diabética, tive um estresse muito grande que desencadeou num processo de hemorragia por questão de circulação sanguínea, quando acordei um dia que estava uma “nuvem” percebi que não estava enxergando direito, quando fui ao medico, a vista esquerda já tinha fechado a direita estava viva ainda, ai fui operar a direita que eu ainda enxergava, para controlar e ficar monocular, mas houve um processo na cirurgia que não deu certo ai eu perdi. Faz dois anos que perdi a visão.

Sou formada em administração, mas não trabalho na área. Eu queria dar aula, mas não numa escola convencional, então abri um reforço escolar em casa e comecei com uma educação fora da tradicional, a estimular as crianças a lerem, pensarem, fazer dissertação, pensamento crítico, a educação nova, respeitando cada um, ensinando, reforçando matemática, conjugação de verbos, foi quando adquiri a doença. Nessa época morava em Sergipe e era casada.

Certo dia a família do meu marido, que mora na Paraíba, ofereceram emprego e ajuda para nós, então resolvemos se mudar. Quando chegamos à Paraíba, um mês depois eu fui colocado em cárcere de privado, eles me prenderam dentro de uma casa, eu não tinha nenhum telefone, para falar com minha família (...). Como eu tinha perdido a visão há pouco tempo, então tinha medo de enfrentar a vida, mesmo sabendo cozinhar, estava com o medo de estar numa cidade que não conhecia. Eles acordavam cedo e saiam para rua e eu ficava presa dentro de casa, eles só apareciam para me trazer almoço e a noite quando todo mundo retornava de trabalho, de saída, para jantar e ponto final.

Um dia quando eu estava sozinha em casa, uma vizinha me ouviu chorar, essa vizinha, formada em Biologia, entendeu tudo o que estava acontecendo comigo. Então, com a ajuda dela eu consegui entrar em contato com a minha família e tranquilizar a todos (...) depois essa vizinha me ajudou a encontrar um apartamento, para eu morar, ela começou a procurar um apartamento perto da casa dela, para continuar me ajudando, um ambiente que fosse reto com acessibilidade.

Perder a visão é perder um dos sentidos mais preciosos que existe. Você pode ser deficiente físico, mas tem como se locomover, dirigir. Você pode ser auditivo, mais está enxergando tudo, começa a ser alfabetizado de acordo com suas necessidades, mas no meu caso não.

Eu sempre fui uma pessoa que estudei, sempre fui independente, trabalhei oito anos fora do Brasil, tenho uma bagagem enorme em nível de cultura e de experiência de vida. Sempre fui e voltei da onde eu tinha vontade, era dona da minha vida, aí aconteceu uma situação dessa, a gente tem que voltar a olhar para dentro de si e os outros, eu não contei a minha mãe por que eu não queria que ela morresse, sou a mais velha.

Essa vizinha me ajudou começou a procurar um apartamento perto da casa dela, um ambiente que fosse reto com acessibilidade, próximo a casa dela para ela continuar me ajudando, entrou em contato a dona do apartamento veio, entendeu o que estava acontecendo então os meus documentos eram todos passado para a casa dela, a dona tirou copia dei meu cartão a ela do banco da aposentadoria e foram pegar o dinheiro.

Programaram tudo, entraram em contanto com o caminhão de mudança, a casa que estava da família do meu ex-marido disse que ia entregar na véspera que eu ia me mudar, ele tinha deixado quase cinco meses de aluguel atrasado, mais quatro de luz e também de água, e eu sempre dei, o valor, a metade de tudo, então eu não ia ficar com esse problema sozinha porquê meu ex-marido me deixou lá e foi morar na casa da avó de não sei de quem. O caminhão fez a minha mudança. As mulheres do prédio e seus maridos arrumaram meu apartamento, com televisão, armário, colocavam coisas no lugar, organizou aquilo tudo. Elas se reservavam para ver a questão da alimentação e ia a rua fazer compras, foram me ajudando. Eu estava muito deprimida, não tinha mais vontade de viver, de saber de nada.

Até que um dia conheci o pessoal do CPIC – Centro de Práticas Integrativas e Complementares no Valentina. Eu fui socorrer uma amiga que estava com depressão pós-parto, chegando lá pensando que era atendimento psiquiátrico, era o Centro de Práticas Integrativas. Passei por um terapeuta e comecei a fazer Biodança, Tai Chi Chuan, yoga, a olhar para mim e descobrir que a vida não tinha acabado, lembrei-me do histórico da minha família, que eu vi meu pai lutar contra um câncer, minha avó também, minha mãe sete meses depois que meu pai faleceu estava com câncer no Gao 4 e lutou. E se essa educação da nossa família faz efeito na vida da gente, ela tem que servir também para as horas ruins, aí eu entendi que eu estava tendo a oportunidade de olhar a vida de uma forma diferente, comecei a olhar para essa questão da acessibilidade para coisas que antes via e não enxergava, e resolvi depois dessas terapias todas que faço ate hoje, fazer o Enem para saber como é que era.

Até então eu não conhecia o Enem, não tinha a mínima noção do que seria, sabia que era um vestibular, que eu já tinha feito quando era mais nova, mas nessa situação nessa nova fase da vida eu não sabia nem que tinha

leitor. A minha vizinha me inscreveu no dia do meu aniversário, depois recebi uma ligação do pessoal do Enem, confirmando que a prova tinha sido ampliada e que eu ia ter dois leitores. Passei para o curso de Pedagogia para UFPB.

Quando eu soube que passei na federal eu senti muito orgulho de mim, eu consegui vencer vários obstáculos, mas não era para humilhar os outros não, era por mim, eu estava testando a minha capacidade, o meu ser, e entendendo que isso aqui é um problema temporário, o maior problema não é a minha deficiência visual, o maior problema é ser enxergada pelas pessoas como não ser normal. A maior barreira que a gente encontra é no ser humano.

A maioria dos meus professores é legal comigo, mas tem alguns que falam que estou me fazendo de coitadinha. Alguns me convidam para dar aula na sala, para os períodos anteriores, para mim é uma conquista muito grande, por que afinal de conta eu estou no terceiro período e ser convidada por uma tutora para dar aula no terceiro período e em outra escola para falar sobre educação inclusiva, de ter acessibilidade, de levar vivencia, por que eu sempre levo uma vivencia, da sala de aula, para eles sentirem, vivenciar.

Hoje descobri que estou quebrando um dos grandes tabus aqui dentro, eles já tiveram outras alunas deficientes visuais, mas que sabiam ler em braile ai fazia as provas em braile e passava no tradutor, no meu caso como não sei ler o braile e não tem como escrever, eu peço, por que eu tenho o direito de pedir, prova oral. Eu escolho a maneira que eu quero ser avaliado, tem muitos professores que concordam, e têm outros que se chateiam.

Minha relação com os alunos por uma questão de faixa etária, de experiência de vida, alguns são bem sensíveis ajudam e tal, mas às vezes, quando estou parada na cantina, ninguém me ajuda. Algumas pessoas se assustam quando falo que sou deficiente visual, por que eles olham como se eu fosse uma anormal, acho que pensam como pode uma deficiente visual falar dessa maneira. Quando tem seminário de pedagogia aqui eu faço questão de ir lá para cima falar no microfone. Para apresentar o seminário eu tenho que guardar na memória todos os passos, alguém me ajuda dizendo quando vem imagem, quando esta em tal página.

Eu gosto de fugir daquele estereótipo que foi criado do deficiente visual, da mulher de cabelo preso, com as roupas feias, com as unhas mal feitas, não sabem se arrumar, não sabe passar um batom direito, cabelinho preso cabecinha baixa, óculos escuros para não mostrar a deficiência do olho, andando na bengalinha sozinha, não eu quero vestidos coloridos do jeito que eu gosto. O grupo de deficiente tem uma necessidade muito grande de ser visto no dia a dia. Eu faço minha unha com a manicure há um ano e meio, ela tem a sensibilidade de escolher a cor do meu esmalte de acordo com a minha personalidade. Eu compro roupa há mais de um ano, na mesma loja com a mesma vendedora. Eu vou pra o salão e o cabeleireiro diz você não vê, mas eu vou puxar um corte mais para o atual.

O conceito do feio e do bonito para mim não existe mais, o que importa é o que estar dentro de você, o que define uma pessoa feia ou bonita para mim é a forma que me trata seus pensamentos, eu não quero saber se é gordo, feio (...).

Gosto de praia, rio, discoteca, barzinho biblioteca, adoro ler, adoro ficar sentado na praia de bobeira, peço a meus amigos para ler pra mim eu acabo estimulando eles. É uma maneira de socializar e educar. Eu gosto de ir a todos os lugares, alguns lugares são complicados e realmente não da, mas eu quero ir para todos os lugares, me colocar sentadinha no barco. Sempre saiu com amigos, não tenho muitos, já aprendi a andar sozinha em shopping, quando tenho duvida eu pergunto a alguém.

Na questão da deficiência e da acessibilidade. Você já imaginou como é difícil para um deficiente visual andar na sociedade, onde você não tem a liberdade de andar. Eu não fui alfabetizada e nem treinada desde criança, aos 44 anos eu estou sendo alfabetizada de novo, aprendendo a andar de novo. Por que eu perdi a deficiência eu não sirvo mais?! A sociedade não quer ver o deficiente quando você foge do padrão físico, a sociedade tenta excluir, aposenta logo. Tipo ele tem dinheiro para sobreviver e esta tudo certo.

E a relação de confiabilidade, precisa de pessoas que exerçam confiança ao seu lado, até na hora de andar, segurar no braço de alguém, não de se amparar como muleta, mas é dizer assim, usa seus olhos que eu não tenho mais. Eu preciso da confiança da sua lateralidade do seu corpo. Vai se unir a mim.

Essa questão do empoderamento para mim não é de empoderar a mim, e sim empoderar o próximo para que eles possam descobrir que eles também são capazes. Se eu diabética, com problema no fígado, deficiente visual, morando sozinha, tendo que resolver todas as responsabilidades de uma casa, com problema de acessibilidade de transito, tendo que pagar alguém para me trazer, para poder estar aqui e fazer uma coisa de qualidade.

Eu acredito que quando a pessoa se forma em pedagogia, ela se forma com a intenção de fazer algo pela educação incentiva, e quando esbarra na realidade fica tão desestimulado que passa a ser uma educação de deposito, sai de lá cheia de sonhos e cheia de força de vontade não consegue encontrar um empoderamento em você, esqueça toda a falta de acessibilidade em todos os assuntos e faça algo de diferente. O poder de uma pessoa em sala de aula é muito grande, se você diz que esta educando e ajudando na formação do cidadão, vamos tornar esse cidadão mais sensível ao outro.

E se empoderar com isso, com a realidade que eu tenho, com a vida que eu tenho hoje, eu digo que é uma experiência de vida, eu não sou deficiente eu estou, não vou ser o resto da minha vida, por que ser deficiente para mim é aquela pessoa que enxerga e não vê nada, que fala, mas não está dizendo

nada, que anda para tudo que é lugar, mas não chega a lugar nenhum. Isso é deficiência.